

Percepção de corrupção e aprovação dos governos latino-americanos

Perception of corruption and government approval in Latin America

Gabrielle Letícia Campos de Oliveira¹
Evandro Camargos Teixeira²

¹ Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: gabrielle.oliveira@ufv.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-4185-6194>.

² Professor Associado III do Departamento de Economia da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Doutor em Economia Aplicada pela ESALQ/USP, mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: evandro.teixeira@ufv.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6470-2103>.

Resumo

Este estudo analisa a relação entre a percepção de corrupção do poder executivo e a aprovação governamental em 18 países latino-americanos. São utilizadas 11.582 observações do Latinobarómetro de 2018 e estima-se um modelo Logit Multinível. Os resultados indicam que maior percepção de corrupção no executivo reduz em 19,1 pontos percentuais a probabilidade de aprovação dos governos. Isso evidencia que a corrupção percebida compromete a credibilidade governamental, expõe fragilidades institucionais da região e limita a efetividade das políticas públicas.

Palavras-chave: percepção de corrupção, poder executivo, aprovação governamental, logit multinível, América Latina.

Abstract

This study analyzes the relationship between perceptions of executive branch corruption and government approval in 18 Latin American countries. A total of 11,582 observations from the 2018 Latinobarómetro are used, and a Multilevel Logit model is estimated. Results show that higher perceptions of executive corruption reduce the probability of government approval by 19.1 percentage points. These findings indicate that perceived corruption undermines governmental credibility, reveals institutional fragilities in the region, and limits the effectiveness of public policies.

Keywords: perception of corruption; executive branch; government approval; multilevel logit; Latin America.

1. Introdução

A corrupção pode ser entendida como a prática de atividades ilegais ou antiéticas voltadas à obtenção de vantagens indevidas. Esse fenômeno manifesta-se tanto no setor público quanto no privado, em formas como suborno, desvios de fundos, nepotismo e tráfico de influência (Koeswayo, Handoyo & Abdul Hasyir, 2024; Lima, Silva & Lucena, 2022). Dados da Transparência Internacional indicam que, em 2019, 53% dos latino-americanos perceberam

aumento da corrupção e 85% a consideraram um grave problema, evidenciando sua presença cotidiana na região (Transparência Internacional, 2019).

A história da América Latina, marcada pela colonização, exploração econômica, desigualdade social e instabilidade política, criou um ambiente propício à corrupção (Alves & Pedroza, 2018; Lima, Silva & Lucena, 2022). No setor público, agentes utilizam seus cargos para obter ganhos particulares, refletindo fragilidade institucional (Baptista, 2018; Padula & Albuquerque, 2018). Instituições frágeis, somadas à desigualdade social e instabilidade econômica, ampliam os incentivos para práticas ilícitas (Habibov, Fan & Auchynnika, 2019). A corrupção extrapola o nível individual e associa-se à redução da confiança nas instituições, à piora do bem-estar, à ampliação das desigualdades sociais e à ineficiência estatal (Barricelli, 2022; Rahbarqazi & Mahmoudoghli, 2020).

Apesar do consenso de que a corrupção está associada à insatisfação política, a literatura revela resultados heterogêneos. Em alguns contextos, a percepção de corrupção reduz a aprovação governamental; em outros, fatores como desempenho econômico, populismo e visibilidade midiática podem atenuar ou até reverter esse efeito. Essa ambiguidade reforça a necessidade de estudos comparativos que considerem as especificidades latino-americanas.

Diante disso, este estudo tem como objetivo analisar a associação entre a percepção de corrupção do poder executivo e a aprovação dos governos em 18 países da América Latina, a partir de dados do Latinobarómetro de 2018. A contribuição principal consiste em oferecer evidências comparativas e agregadas para a região, considerando suas semelhanças socioeconômicas, por meio de um modelo Logit Multinível. O artigo também busca dialogar com a literatura sobre legitimidade política, ao destacar a relevância das percepções sociais de corrupção para a credibilidade institucional e para a avaliação dos governos. Além desta introdução, o artigo organiza-se em quatro seções: evidências teóricas e empíricas, metodologia, resultados e considerações finais.

2. Evidências Teóricas e Empíricas

A literatura internacional e latino-americana aponta que a relação entre percepção de corrupção e aprovação governamental ocorre por diferentes mecanismos. Um deles é a confiança institucional: quanto maior a percepção de corrupção, menor tende a ser a credibilidade das instituições e a aprovação do governo. Evidências da China mostram que esforços anticorrupção reduzem a percepção de corrupção e atenuam a queda da confiança governamental, enquanto aumentos nessa percepção diminuem a aprovação (Zhang et al., 2019).

Similarmente, Ma et al. (2022) identificaram que a percepção de corrupção está associada à redução do bem-estar subjetivo, que atua como mediador na avaliação negativa dos governos. De maneira complementar, estudos recentes também mostram que ações de combate à corrupção podem aumentar a confiança nas instituições e estimular maior engajamento político, como demonstraram Poertner e Zhang (2023) em evidências experimentais para a Argentina e a Costa Rica. Resultados similares foram encontrados por Beesley e Hawkins (2022), ao destacarem que a exposição a informações sobre corrupção afeta negativamente a confiança institucional em diferentes contextos.

Outro mecanismo destacado é o desempenho econômico. Em contextos de instabilidade, os efeitos negativos da corrupção sobre a aprovação governamental tendem a se intensificar, ao passo que crescimento econômico e provisão adequada de serviços públicos podem amortecer esse impacto. Habibov, Fan e Auchynnikava (2019) demonstraram, em 29 países, que a corrupção política se relaciona a menor satisfação com o governo, mas a qualidade dos serviços públicos atua no sentido oposto.

Para a América Latina, Rosas e Manzetti (2015) identificaram que a desaprovação diante da corrupção é mais pronunciada em situações de crise econômica. Resultados similares foram encontrados por Rahbarqazi e Mahmoudoghli (2020), ao demonstrarem que economias em bom desempenho aumentam a aprovação, embora a percepção de corrupção ainda gere avaliações negativas. Estudos recentes também têm utilizado abordagens inovadoras, como análises de buscas no Google, mostrando que o aumento do interesse por termos relacionados

à corrupção, insegurança e serviços públicos está associado à queda na aprovação dos governos latino-americanos (Montoya et al., 2020).

A literatura também destaca o papel do populismo e da liderança carismática. Em países nos quais os governantes mantêm vínculos emocionais com o eleitorado, a desaprovação pela corrupção tende a ser menor, ainda que não desapareça. Ortiz Ayala e García Sánchez (2014) observaram que governos populistas podem manter apoio mesmo em contextos de corrupção, resultado corroborado por experiências como as de Carlos Menem na Argentina e Hugo Chávez na Venezuela, que preservaram aprovação apesar de acusações de corrupção, em grande medida pelo apelo popular e pela retórica política (Ortiz Ayala & García Sánchez, 2014).

Evidências recentes reforçam que esse fenômeno está ligado a impactos institucionais mais amplos, pois regimes populistas de esquerda na região demonstram efeitos negativos sobre a qualidade institucional no longo prazo (Cachanosky, Bastos, Padilla & Hernández, 2024).

Por fim, o papel da mídia e da visibilidade dos escândalos também aparece como mecanismo relevante. A ampla cobertura da Operação Lava Jato no Brasil contribuiu para ampliar a percepção de corrupção e, em períodos de fragilidade econômica, intensificou a queda de aprovação da então presidente Dilma Rousseff (Baptista, 2018). Esses resultados indicam que a exposição midiática tende a reforçar os efeitos da corrupção sobre a avaliação governamental, sobretudo quando combinada à insatisfação com a economia.

De modo geral, a literatura sugere que a corrupção está associada à redução da satisfação com os governos, mas esse vínculo não é homogêneo. No caso latino-americano, onde parte da população normaliza práticas corruptas, a relação depende fortemente do desempenho econômico, do perfil populista dos governantes, da intensidade da cobertura midiática e da capacidade das instituições em sustentar confiança mesmo em cenários de corrupção.

3. Metodologia

Dados

O presente estudo utiliza como base empírica a pesquisa Latinobarómetro de 2018, conduzida pela Latinobarómetro Corporation. Esse inquérito anual, realizado desde 1995, investiga percepções sobre democracia, economia e sociedade em países latino-americanos, sendo amplamente empregado em análises comparativas da região (Latinobarómetro, 2024).

A edição de 2018 foi escolhida por duas razões principais: representa a última rodada antes do período pandêmico, garantindo maior estabilidade no contexto político e econômico; e é a última versão disponível que reúne todas as informações necessárias para a realização desta pesquisa.

A coleta das informações ocorreu por meio de questionários aplicados presencialmente ou por telefone, assegurando representatividade amostral nos países analisados. Foram considerados 18 países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela, totalizando 11.582 observações (Latinobarómetro Corporation, 2018).

A opção por analisar os países de forma conjunta justifica-se pelas semelhanças históricas e socioeconômicas da região, o que possibilita examinar padrões agregados da relação entre percepção de corrupção do poder executivo e aprovação governamental.

Estratégia econométrica

Este estudo utiliza um modelo de regressão logística multinível com intercepto aleatório por país. A escolha por esse modelo decorre do caráter hierárquico dos dados, uma vez que os indivíduos (nível 1) estão aninhados em países (nível 2). Nesses contextos, as observações dentro de um mesmo grupo não são independentes, e a estimação por modelos Logit convencionais tenderia a subestimar erros-padrão e ignorar a variabilidade entre contextos nacionais. Os modelos multiníveis permitem decompor a variância em diferentes níveis e estimar interceptos e coeficientes como parâmetros aleatórios, captando a heterogeneidade

entre países e controlando os efeitos contextuais (Rabe-Hesketh & Skrondal, 2012; Snijders & Bosker, 2012).

A estimação iniciou-se com o modelo nulo, sem variáveis explicativas, de modo a verificar se há variação significativa entre os países em termos da variável dependente. Esse procedimento possibilita o cálculo do coeficiente de correlação intraclasse (ICC), que indica a proporção da variância total atribuída às diferenças entre grupos. No modelo Logit Multinível com intercepto aleatório, o ICC pode ser expresso como:

$$ICC = \sigma^2_u / (\sigma^2_u + \pi^2/3) \quad (1)$$

em que σ^2_u representa a variância do intercepto aleatório entre os países e $\pi^2/3$ corresponde à variância da distribuição logística padrão (aproximadamente 3,29).

O modelo geral pode ser formalizado da seguinte maneira. Seja Y_{ij} uma variável binária que assume valor 1 quando o indivíduo i no país j aprova o governo e 0 caso contrário. A probabilidade condicional de aprovação é dada por:

$$p_{ij} = \Pr(Y_{ij} = 1 \mid \text{Corrupção}_{ij}, X_{ij}, u_j) = \Lambda(\beta_0 + \beta_1 \text{Corrupção}_{ij} + X_{ij}'\beta + u_j) \quad (2)$$

em que $\Lambda(z) = e_z / (1 + e_z)$ é a função logística, Corrupção_{ij} é a principal variável explicativa, X_{ij} representa o vetor de variáveis de controle e u_j é o intercepto aleatório associado ao país j , assumido como normalmente distribuído com média zero e variância σ^2_u .

A principal variável explicativa é a percepção de corrupção do poder executivo, que assume valor 1 quando os indivíduos consideram que todos ou quase todos os membros do poder executivo são corruptos, e 0 em caso contrário. Espera-se que essa variável esteja negativamente associada à probabilidade de aprovação governamental, em consonância com estudos prévios (Pastrana Valls, 2019; Koeswayo, Handoyo & Abdul Hasyir, 2024).

Além da principal variável explicativa, foram incluídos controles individuais de nível 1 (idade, sexo, anos de estudo, estado civil, cor e classe social), bem como a variável de nível

2 referente ao país de residência. Todas essas variáveis, assim como seus sinais esperados segundo a literatura, estão descritas no Quadro 1.

Quadro 1. Variáveis explicativas inseridas no modelo econométrico estimado

Variável	Descrição	Sinal Esperado
AprovGoverno	Variável que representa a aprovação do governo pelos indivíduos. Ela assume valor igual a 1 se o indivíduo aprova o governo e 0, caso não aprove.	Variável dependente
Variáveis explicativas do nível 1		
Corrupção	Variável que representa a avaliação dos indivíduos quanto a corrupção do poder executivo em seu país. Ela variável assume valor igual a 1 se o indivíduo considera que todos ou quase todos os membros do poder executivo de seu país são corruptos e 0, caso considere que nenhum ou alguns praticam corrupção.	Negativo. Espera-se que países com elevados níveis de corrupção apresentem menor aprovação governamental (Koeswayo, Handoyo & Abdul Hasyir, 2024; Rahbarqazi & Mahmoudoghli, 2020).
Idade	Idade dos indivíduos.	Positivo. Conforme Habibov, Fan e Auchynnikava (2019), indivíduos mais velhos tendem a aprovar mais o governo.
Gênero	<i>Dummy</i> que assume valor igual a 1 caso o indivíduo seja do	Negativo. Alguns estudos apontam para maior aprovação

	sexo masculino e 0, caso seja do sexo feminino.	governamental entre as mulheres (Habibov, Fan & Auchynnikava, 2019).
Casado	<i>Dummy</i> que recebe valor igual a 1 para indivíduos casados e 0, caso contrário.	Inconclusivo. O estudo de Melgar, Rossi e Smith (2010) aponta para uma menor percepção de corrupção entre indivíduos casados em relação aos demais estados civis. Contudo, Barros Teixeira, Guimarães Rehbein-Satlher e Rehbein Rodrigues (2021) encontraram em sua pesquisa que indivíduos casados possuem maior percepção de corrupção.
ClasseBaixa	<i>Dummy</i> que recebe valor igual a 1 para indivíduos que se consideram pertencentes a classe socioeconômica baixa e 0, caso contrário.	Negativo. Conforme Melgar, Rossi e Smith (2010), indivíduos com menores níveis de renda tendem a possuir maior percepção de corrupção em relação aos que se concentram nas faixas mais elevadas de rendimentos.
ClasseMédiaBaixa	<i>Dummy</i> que recebe valor igual a 1 para indivíduos que se consideram pertencentes a classe socioeconômica média baixa, e 0 caso contrário.	
ClasseMédia	<i>Dummy</i> que recebe valor igual a 1 para indivíduos que se consideram pertencentes a	

	classe socioeconômica média e 0, caso contrário.	
ClasseMédiaAlta	<i>Dummy</i> que recebe valor igual a 1 para indivíduos que se consideram pertencentes a classe socioeconômica média alta e 0, caso contrário.	
ClasseAlta (Referência)	<i>Dummy</i> que recebe valor igual a 1 para indivíduos que se consideram pertencentes a classe socioeconômica alta e 0, caso contrário.	
Cor	<i>Dummy</i> que recebe valor igual a 1 se os indivíduos se consideram brancos ou asiáticos e 0, caso contrário (pretos, pardos ou indígenas).	Negativo. De acordo com Wilkinson, Esarey e Collins (2023), minorias étnicas tendem a possuir menor percepção de corrupção.
AnosdeEstudo	Anos de estudo dos indivíduos.	Positivo. Alguns estudos apontam para menor nível de percepção de corrupção entre os indivíduos com maior nível de escolaridade (Melgar, Rossi & Smith, 2010).
DistribuiçãoRenda	<i>Dummy</i> que recebe valor igual a 1 se o indivíduo considera a distribuição de renda do seu país justa ou muito justa e 0, caso considere que seja injusta ou muito injusta.	Positivo. Espera-se que países que possuam menores níveis de desigualdade de renda apresentem maior aprovação governamental (Melgar, Rossi & Smith, 2010).
BoaSitEconomia	<i>Dummy</i> que recebe valor igual a 1 se o indivíduo considera	Positivo. Estudos apontam que governos que apresentam bons

	que o país está em uma situação econômica boa ou muito boa e 0, caso considere que o país está em uma situação econômica ruim ou muito ruim.	índices econômicos tendem a possuir maior aprovação entre os indivíduos (Ortiz Ayala & García Sánchez, 2014).
QualiDemocracia	<i>Dummy</i> que recebe valor igual a 1 para os casos em que o indivíduo considera que o país possui uma democracia plena ou com pequenos problemas e 0, caso considere que o país não seja uma democracia ou que a democracia possua grandes problemas.	Positivo. Espera-se que países que possuem sistema democrático com maior qualidade apresentem maior aprovação governamental (Colen, 2010)
Variável explicativa do nível 2		
País de residência dos indivíduos	Variável que identifica o país de residência dos indivíduos. Tem-se os seguintes países na amostra, sendo os números entre os parênteses os números dos mesmos no questionário do Latinobarómetro de 2018: Argentina (32), Bolívia (68), Brasil (76), Chile (152), Colômbia (170), Costa Rica (188), República Dominicana (214), Equador (218), El Salvador (222), Guatemala (320), Honduras (340), México	-

	(484), Nicarágua (558), Panamá (591), Paraguai (600), Peru (604), Uruguai (858) e Venezuela (862).	
--	---	--

Fonte: Elaboração própria.

Os pesos amostrais fornecidos pelo Latinobarómetro foram incorporados de modo a ajustar a pseudo-verossimilhança às probabilidades de seleção da amostra. Para maior consistência da inferência, os erros-padrão foram estimados de forma robusta e agrupados por país, contemplando a heterocedasticidade e a correlação intra-país.

Por fim, uma vez que os coeficientes estimados no modelo Logit se expressam em logaritmos da razão de chances e não são diretamente interpretáveis em termos de probabilidades, também foram calculados os efeitos marginais médios (AME). Para uma variável contínua x_k , o efeito marginal é dado por:

$$AME_k = (1/N) \sum_{ij} [p_{ij} (1 - p_{ij}) \beta_k] \quad (3)$$

No caso das *dummies*, como a percepção de corrupção, o efeito marginal corresponde à diferença média entre as probabilidades quando a variável assume valor 1 e quando assume valor 0:

$$AME_{dk} = (1/N) \sum_{ij} [\Pr(Y_{ij} = 1 \mid d_k = 1) - \Pr(Y_{ij} = 1 \mid d_k = 0)] \quad (4)$$

Em que $\eta_{ij} = \beta_0 + \beta_1 \text{Corrupção}_{ij} + X_{ij}'\beta + u_{ij}$. Esses efeitos permitem avaliar a magnitude da associação entre as variáveis explicativas e a probabilidade de aprovação governamental.

4. Resultados e Discussão

Análise descritiva

Após a exclusão de observações com valores ausentes, a amostra final compreende 11.582 indivíduos provenientes do Latinobarómetro de 2018. A Tabela 1 apresenta as estatísticas descritivas das variáveis incluídas no modelo econométrico, considerando médias, desvios-padrão, valores mínimos e máximos.

Do total de entrevistados, 33,31% declararam aprovar a gestão do governo executivo em seus respectivos países. Em relação à percepção de corrupção, observa-se que 57,00% consideram que todos ou quase todos os membros do poder executivo são corruptos.

A amostra apresenta média de idade de aproximadamente 40 anos, sendo composta por 51,23% de homens e 26,55% de indivíduos que se autodeclararam brancos ou asiáticos. Quanto à classe socioeconômica, a maior parte dos respondentes se identifica como pertencente à classe média (41,23%), seguida da classe média baixa (31,99%), da classe baixa (18,43%), da classe média alta (6,60%) e da classe alta (1,75%). A média de escolaridade é de 10,85 anos de estudo, e 52,59% dos indivíduos afirmaram ser casados.

No que se refere às percepções sociais, econômicas e políticas, 15,84% dos entrevistados consideram que seu país possui distribuição de renda justa ou muito justa, 12,54% avaliam a situação econômica como boa ou muito boa e 32,21% classificam a qualidade da democracia como satisfatória.

Tabela 1. Estatísticas descritivas

Variável	Média	Desvio- Padrão	Mínimo	Máximo
AprovGoverno	0,3331	0,4713	0	1
Corrupção	0,5700	0,4951	0	1
Idade	39,9748	15,9620	16	100
Gênero	0,5123	0,4999	0	1
AnosdeEstudo	10,8528	4,0649	1	17

Cor	0,2655	0,4416	0	1
Casado	0,5259	0,4993	0	1
ClasseBaixa	0,1843	0,3878	0	1
ClasseMédiaBaixa	0,3199	0,4665	0	1
ClasseMédia	0,4123	0,4923	0	1
ClasseMédiaAlta	0,0660	0,2482	0	1
ClasseAlta	0,0175	0,1312	0	1
DistribuiçãoRenda	0,1584	0,3652	0	1
BoaSitEconomia	0,1254	0,3312	0	1
QualiDemocracia	0,3221	0,4673	0	1

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 2 apresenta as médias de aprovação governamental condicionadas à percepção de corrupção no poder executivo. Verifica-se que, entre aqueles que percebem elevados níveis de corrupção (corrupção = 1), a média de aprovação governamental é de aproximadamente 0,20. Por outro lado, entre os que não percebem ou percebem baixo nível de corrupção (corrupção = 0), a média de aprovação se eleva para 0,514. Esses resultados sugerem a existência de relação inversa entre percepção de corrupção e aprovação governamental, a qual será testada formalmente na subseção seguinte por meio dos resultados econométricos.

Tabela 2. Média de aprovação governamental condicionada à percepção de corrupção do poder executivo

Aprovação do Governo	Média
Todos ou quase todos os membros do poder executivo de seu país são corruptos (Corrupção = 1)	0,1968

Nenhum ou alguns membros do poder executivo de seu país são corruptos (Corrupção = 0)

0,5139

Fonte: Elaboração própria.

Resultados econométricos

Os resultados econométricos do modelo Logit Multinível, apresentados na Tabela 3, permitem analisar a relação entre percepção de corrupção do poder executivo e aprovação governamental na América Latina. O modelo foi estimado considerando 18 clusters correspondentes aos países da amostra, assegurando a robustez dos erros-padrão. Inicialmente, estimou-se o modelo nulo e foi calculado o Coeficiente de Correlação Intraclassa (ICC). O valor encontrado, de 14,33%, indica que parcela expressiva da variação na probabilidade de aprovar o governo é explicada pelo país de residência, o que justifica a adoção do modelo multinível com intercepto aleatório no nível 2. Ademais, o teste de Wald rejeitou a hipótese nula de que o coeficiente associado à percepção de corrupção seja igual a zero, confirmando que essa variável apresenta relação estatisticamente significativa com a probabilidade de aprovação governamental.

Tabela 3: Coeficientes estimados e efeitos marginais para a probabilidade de aprovação governamental na América Latina

Variáveis	Coeficientes	Efeitos Marginais
Constante	- 1,0681*** (0,3222)	-
Corrupção	- 1,1580*** (0,1450)	- 0,1910*** (0,0194)
Idade	0,0111*** (0,0026)	0,0018*** (0,0004)

Gênero	- 0,0067 ^{NS} (0,0476)	- 0,0011 ^{NS} (0,0078)
AnosdeEstudo	- 0,0026 ^{NS} (0,0101)	- 0,0004 ^{NS} (0,0017)
Cor	- 0,0717 ^{NS} (0,0978)	- 0,0118 ^{NS} (0,0161)
Casado	0,0191 ^{NS} (0,0507)	0,0032 ^{NS} (0,0084)
ClasseBaixa	- 0,1874 ^{NS} (0,2083)	- 0,0309 ^{NS} (0,0344)
ClasseMédiaBaixa	- 0,2003 ^{NS} (0,1900)	- 0,0330 ^{NS} (0,0312)
ClasseMédia	- 0,1521 ^{NS} (0,1802)	- 0,0251 ^{NS} (0,0296)
ClasseMédiaAlta	- 0,1722 ^{NS} (0,2350)	- 0,0284 ^{NS} (0,0389)
DistribuiçãoRenda	1,1064 ^{***} (0,1145)	0,1825 ^{***} (0,0193)
BoaSitEconomia	0,8639 ^{***} (0,1377)	0,1425 ^{***} (0,0214)
QualiDemocracia	0,8588 ^{***} (0,1101)	0,1416 ^{***} (0,0154)

Fonte: Elaboração própria.

Nota: *** representa 1% de significância; NS (Não significativo); Erros-padrão robustos e clusterizados por país entre parênteses; Categoria de referência para a variável de classe socioeconômica autorreportada = *ClasseAlta*.

A variável referente à percepção de corrupção mostrou coeficiente negativo e estatisticamente significativo. Em termos de efeitos marginais, considerar que todos ou quase todos os membros do poder executivo são corruptos reduz em aproximadamente 19,1 pontos percentuais (p.p.) a probabilidade de aprovação governamental. Esse resultado se alinha à literatura que evidencia associação inversa entre corrupção percebida e satisfação com os governos (Ma et al., 2022; Habibov, Fan & Auchynnikava, 2019; Zhang et al., 2019; Lima et al., 2022).

O mecanismo explicativo central é a erosão da confiança institucional. A percepção de corrupção leva os cidadãos a acreditarem que agentes públicos priorizam interesses privados em detrimento do bem-estar coletivo, reduzindo a legitimidade do governo e a crença na efetividade das políticas públicas. Estudos clássicos sobre a América Latina apontam que a região apresenta baixos níveis de confiança política, sobretudo nos contextos mais corruptos e menos democráticos (Colen, 2010). Nessa linha, a corrupção mina a governabilidade, fragiliza a capacidade estatal de coordenar políticas e afeta a atratividade de investimentos, aprofundando crises políticas e econômicas (Rosa, 2004).

Outro aspecto relevante é o papel das instituições. Em sociedades nas quais predomina a percepção de impunidade, a corrupção tende a ser vista como um comportamento recorrente e sem punição efetiva, reforçando a sensação de injustiça social e de má alocação de recursos públicos (Barricelli, 2022). Esse ambiente de fragilidade institucional contribui para que a corrupção tenha efeitos particularmente intensos sobre a aprovação na América Latina, em comparação a regiões com instituições mais consolidadas.

Os resultados também podem ser interpretados à luz dos efeitos econômicos da corrupção. Desvios de recursos comprometem setores estratégicos, como saúde, educação, segurança e infraestrutura, reduzindo a qualidade dos serviços públicos e, em última instância, a satisfação dos cidadãos (Campos & Pereira, 2016; Ferreira & Morosini, 2013). Ademais, ao gerar desconfiança nos mercados, a corrupção desestimula investimentos privados e pode

reduzir emprego e crescimento econômico, aprofundando o ciclo de desaprovação governamental.

A influência da mídia merece destaque como mecanismo adicional. A ampla cobertura de escândalos de corrupção, intensificada pela disseminação das mídias digitais, tende a amplificar a percepção negativa dos cidadãos e a acelerar quedas de aprovação (Melo, 2010; Baptista, 2018). Mesmo quando os governos apresentam indicadores econômicos relativamente positivos, a exposição contínua a casos de corrupção reforça o desgaste político.

No que diz respeito às demais variáveis de controle, aquelas relacionadas a gênero, escolaridade, cor, estado civil e classes socioeconômicas autorrelatadas não foram estatisticamente significativas. Já a idade apresentou efeito positivo, onde cada aumento de um ano eleva em 0,18 ponto percentual a probabilidade de aprovar o governo. Esse resultado está em consonância com as evidências de Habibov, Fan e Auchynnikava (2019) e de Ortiz Ayala e García Sánchez (2014), segundo os quais indivíduos mais velhos tendem a ser mais tolerantes a adversidades governamentais, possivelmente em função de maior experiência acumulada.

Entre as variáveis relacionadas ao contexto socioeconômico e político, destacam-se três resultados. Inicialmente, a percepção de distribuição de renda justa eleva em 18,25 p.p. a probabilidade de aprovação, convergindo com Melgar, Rossi e Smith (2010), que apontam a desigualdade como fator de insatisfação política.

Outrossim, considerar a situação econômica do país como boa ou muito boa aumenta em 14,25 p.p. a probabilidade de aprovação, em linha com evidências de Rosas e Manzetti (2015), Baptista (2018) e Koeswayo, Handoyo & Abdul Hasyir (2024), segundo as quais o desempenho econômico positivo pode, até certo ponto, mitigar os efeitos adversos da corrupção.

Por fim, a percepção de qualidade da democracia mostrou efeito positivo e significativo, ou seja, avaliá-la como satisfatória eleva em 14,16 p.p. a probabilidade de aprovação, o que corrobora Colen (2010), para quem a consolidação democrática contribui para maior legitimidade e apoio governamental.

5. Considerações Finais

O presente estudo teve como objetivo analisar a relação entre a percepção de corrupção do poder executivo e a aprovação governamental nos países da América Latina. Para tal, utilizaram-se dados do Latinobarómetro de 2018 e procedeu-se à estimação de um modelo Logit Multinível, adequado para captar a estrutura hierárquica dos dados.

Os resultados evidenciaram a existência de associação negativa e estatisticamente significativa entre a percepção de corrupção e aprovação governamental, confirmando a hipótese de que níveis mais elevados de corrupção percebida reduzem substancialmente a probabilidade de apoio ao governo.

Essa relação é consistente com evidências teóricas e empíricas destacadas na literatura e pode ser explicada por diferentes mecanismos. O primeiro refere-se à erosão da confiança institucional: ao perceberem que agentes públicos priorizam interesses privados, os cidadãos tendem a reduzir sua confiança no governo, fragilizando sua legitimidade e comprometendo a efetividade das políticas públicas. Esse processo é agravado pela fragilidade institucional característica de vários países latino-americanos, marcada por elevados níveis de impunidade, que reforçam a sensação de injustiça social e de má alocação de recursos.

Além disso, a corrupção impacta negativamente o desempenho econômico ao inibir investimentos, limitar a geração de empregos e restringir a capacidade do Estado em oferecer serviços públicos de qualidade. A cobertura midiática também exerce papel relevante, na medida em que amplia a visibilidade dos escândalos de corrupção, muitas vezes em contextos de deterioração econômica, contribuindo para acentuar a queda de aprovação dos governos.

Os resultados referentes às demais variáveis de controle indicam ainda que indivíduos mais velhos e aqueles que avaliam positivamente a situação econômica, a distribuição de renda e

a qualidade da democracia em seus países tendem a apresentar maiores níveis de aprovação governamental.

Cabe destacar uma limitação relevante deste estudo. Tanto a variável de interesse principal quanto parte dos controles derivam do mesmo survey, o que pode acarretar viés de método comum e correlação espúria entre percepções individuais. Essa restrição deve ser considerada na interpretação dos resultados. Pesquisas futuras poderiam mitigar essa limitação ao incorporar indicadores externos e independentes, como o *Corruption Perceptions Index* da *Transparency International* ou variáveis macroeconômicas nacionais (inflação, desemprego, PIB), de forma a reforçar a robustez das conclusões.

Em termos de políticas públicas, os resultados reforçam a importância de iniciativas voltadas ao fortalecimento institucional e ao aumento da transparência na gestão pública. Medidas como auditorias regulares das contas governamentais, capacitação periódica de servidores em boas práticas administrativas e a definição clara de punições para atos ilícitos podem contribuir para reduzir a corrupção e restabelecer a confiança dos cidadãos nos governos. Ao diminuir a percepção de corrupção, abre-se espaço para uma alocação mais justa de recursos, para o fortalecimento da democracia e para a criação de condições mais favoráveis ao desenvolvimento econômico sustentável na região.

Referências

- Alves, C., & Pedroza, R. (2018). Identidade, universidade e integração na América Latina: Um estudo de psicologia. *Psicologia em Revista*, 24(3), 855–874. <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2018v24n3p855-874>
- Baptista, E. A. (2018). Corrupção política e avaliação de governo: O caso da Lava Jato. *Aurora: Revista de Arte, Mídia e Política*, 11(32), 128–148. <https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/38307>
- Barricelli, P. (2022). Controle da corrupção: Percepção glocal da América Latina. *Tensões Mundiais*, 18(36), 91–110. <https://doi.org/10.52379/tm.v18i36.7910>
- Barros Teixeira, A., Guimarães Rehbein-Satlher, A., & Rehbein Rodrigues, M. (2021). Percepções sociais sobre a corrupção política no Brasil: Práticas corruptas versus atuação dos

órgãos de controle. Colombia Internacional,(105), 57–88.
<https://doi.org/10.7440/colombiaint105.2021.03>

Beesley, C., & Hawkins, D. (2022). Corruption, institutional trust and political engagement in Peru. *World Development*, 151, 105743. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2021.105743>

Cachanosky, N., Bastos, J. P., Padilla, A., & Hernández, K. (2024). The institutional impact of left leaning populism in Latin America (C4FE Working Paper Series No. 2024/09). <https://doi.org/10.2139/ssrn.5005108>

Campos, F. A. O., & Pereira, R. A. C. (2016). Corrupção e ineficiência no Brasil: Uma análise de equilíbrio geral. *Estudos Econômicos*, 46(2), 373–408. <https://doi.org/10.1590/0101-416146244rpf>

Colen, C. M. L. (2010). As covariantes da confiança política na América Latina. *Opinião Pública*, 16(1), 1–27. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762010000100001>

Ferreira, L. V., & Morosini, F. C. (2013). Corrupção e investimento estrangeiro direto. *Revista InterAção*, 4(4). <https://periodicos.ufsm.br/interacao/article/view/12741>
Habibov, N., Fan, L., & Auchynnikava, A. (2019). The effects of corruption on satisfaction with local and national governments: Does corruption ‘grease the wheels’? *Europe-Asia Studies*, 71(5), 736–752. <https://doi.org/10.1080/09668136.2018.1562044>

Koeswayo, P. S., Handoyo, S., & Abdul Hasyir, D. (2024). Investigating the relationship between public governance and the corruption perception index. *Cogent Social Sciences*, 10(1), 2342513. <https://doi.org/10.1080/23311886.2024.2342513>

Latinobarómetro Corporation. (2018). Informe metodológico 2018. Latinobarómetro Corporation. <https://catalog.ihnsn.org/catalog/8920/download/91757>

Latinobarómetro Corporation. (2024). Latinobarómetro. <https://www.latinobarometro.org>

Lima, L. V. A., Silva, V. K. R., & Lucena, W. G. L. (2022). Relação entre a percepção da corrupção e a evasão fiscal na América Latina. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 15(3), 57–83. <https://doi.org/10.14392/asaa.2022150303>

Ma, J., Guo, B., & Yu, Y. (2022). Perception of official corruption, satisfaction with government performance, and subjective wellbeing: An empirical study from China. *Frontiers in Psychology*, 13, 748704. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2022.748704>

Melgar, N., Rossi, M., & Smith, T. W. (2010). The perception of corruption. *International Journal of Public Opinion Research*, 22(1), 120–131. <https://doi.org/10.1093/ijpor/edp058>

Melo, C. A. V. de. (2010). Corrupção e políticas públicas: Uma análise empírica dos municípios brasileiros [Tesis de doctorado no publicada]. Universidade Federal de Pernambuco.

Montoya, N., Nieto Parra, S., Orozco, R., & Vázquez Zamora, J. (2020). Using Google data to understand governments' approval in Latin America (OECD Development Centre Working Paper No. 343). OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/4eb7d9df-en>

Ortiz Ayala, A., & García Sánchez, M. (2014). Porque te quiero te apoyo: Estilo de gobierno y aprobación presidencial en América Latina. *Revista de Ciencia Política* (Santiago), 34(2), 373–398. <https://doi.org/10.4067/S0718-090X2014000200002>

Padula, A. J. A., & Albuquerque, P. H. M. (2018). Corrupção governamental no mercado de capitais: Um estudo acerca da Operação Lava Jato. *Revista de Administração de Empresas*, 58(4), 405–417. <https://doi.org/10.1590/S0034-759020180406>

Pastrana Valls, A. (2019). Estudio sobre la corrupción en América Latina. *Revista Mexicana de Opinión Pública*, (27), 13–40. <https://doi.org/10.22201/fcpys.24484911e.2019.27.68726>

Poertner, M., & Zhang, N. (2023). The effects of combating corruption on institutional trust and political engagement: Evidence from Latin America. *Political Science Research and Methods*, 12(3), 633–642. <https://doi.org/10.1017/psrm.2023.4>

Rabe-Hesketh, S., & Skrondal, A. (2012). Multilevel and longitudinal modeling using Stata (3rd ed.). Stata Press.

Rahbarqazi, M., & Mahmoudoghli, R. (2020). Corruption perceptions, political distrust, and the weakening of political Islam in Iraq. *Revista Española de Sociología*, 29(Extra 3), 57–74. <https://doi.org/10.22325/fes/res.2020.54>

Rosa, M. F. E. (2004). Corrupção como entrave ao desenvolvimento. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 47(2), 160–180. <https://doi.org/10.1590/S0034-73292004000200009>

Rosas, G., & Manzetti, L. (2015). Reassessing the trade-off hypothesis: How misery drives the corruption effect on presidential approval. *Electoral Studies*, 39, 26–38. <https://doi.org/10.1016/j.electstud.2015.03.002>

Snijders, T. A. B., & Bosker, R. J. (2012). Multilevel analysis: An introduction to basic and advanced multilevel modeling (2nd ed.). Sage.

Transparência Internacional. (2019). Global corruption barometer – Latin America & Caribbean 2019. Transparency International. <https://www.transparency.org/en/gcb/global/global-corruption-barometer-latin-america-and-the-caribbean-2019>

Wilkinson, B. C., Esarey, J., & Collins, A. (2023). Racial disenchantment? Understanding the relationship between race, skin tone, and perceptions of corruption in the US. *Journal of Politics*, 85(1), 112–128. <https://doi.org/10.1086/717979>

Zhang, H., Song, Y., Tan, S., Xia, S., Zhang, H., Jiang, C., Xiong, D., Cheng, G., Zhang, L., & Lv, Y. (2019). Anti-corruption efforts, public perception of corruption, and government

credibility in the field of real estate: An empirical analysis based on twelve provinces in China. *Cities*, 90, 64–73. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2019.01.042>